

**TERRITÓRIOS EM DISPUTA:
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A GESTÃO DA
APA LITORAL SUL DE SERGIPE**

**DISPUTED TERRITORIES:
SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS AND THE
MANAGEMENT OF THE APA SUL COAST OF SERGIPE**

**TERRITORIOS EN DISPUTA:
CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES Y LA GESTIÓN DEL
COSTAL APA SUR DE SERGIPE**

DOI 10.33360/geonordeste.v37i.23127

Fagner Santos de Oliveira

Doutor em Geografia PP GEO/UFS.

Docente das redes estaduais da Bahia e de Sergipe.

fagnerdeoliveira@hotmail.com

0000-0002-4634-295X

José Wellington Carvalho Vilar

Dr. em Geografia e Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada -Espanha

Docente do IFS e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO/UFS

wvilar@yahoo.com.br

0000-0001-5061-5116

RESUMO

O litoral é um espaço com particularidades e vantagens locais, além de ser um território de especulação imobiliária-turística e de veraneio. Como resultado, é um espaço disputado por interesses opostos, o que gera Conflitos Socioambientais (CSs), principalmente nas Unidades de Conservação (UCs). Nesse contexto, questiona-se sobre a sustentabilidade do ordenamento territorial dos espaços protegidos. O objetivo desse artigo é analisar os CSs e a gestão da APA Litoral Sul de Sergipe. Para tal, empregou-se a metodologia de diagnóstico de CSs, sugerida pela categorização analítica de Little (2001), utilizando uma abordagem qualiquantitativa. Os procedimentos metodológicos foram executados em três etapas: fundamentação teórica, coleta e análise de dados. Assim, as informações foram analisadas e um mapa de CSs foi elaborado, com o uso do software QGIS 2.18, seguindo o modelo sugerido pelo GESTA/UFGM (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais). A área de estudo compreende a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe que abrange o litoral dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Esse território é disputado por diversos atores que convergem interesses opostos, criando um espaço com vários CSs, o que compromete a sustentabilidade da UC. Por isso, esse mapeamento pode ser reconhecido e utilizado por entidades responsáveis como um instrumento de gestão ambiental com o objetivo de proteger direitos, além de ser usado na criação e implementação de políticas públicas voltadas para a resolução de conflitos e a sustentabilidade da APA.

Palavras-chave: Área de Proteção Ambiental; Conflitos Socioambientais; Tratamento de Conflitos; Ordenamento Territorial.

ABSTRACT

The coast is a space with particularities and locational advantages, in addition to being a territory of real estate speculation, tourism and vacationing. As a result, it is a space disputed by opposing interests, which generates Socio-Environmental Conflicts (SCs), mainly in Conservation Units (CUs). In this context, questions arise about the sustainability of the territorial planning of protected spaces. The objective of this article is to analyze the SCs and the management of the APA Litoral Sul de Sergipe. To this end, the SCs diagnostic methodology suggested by Little's (2001) analytical categorization was used, using a qualitative and quantitative approach. The methodological procedures were carried out in three stages: theoretical basis, data collection and analysis. Thus, the information was analyzed and a map of SCs was prepared, using the QGIS 2.18 software, following the model suggested by GESTA/UFGM (Environmental Studies Group of the



Federal University of Minas Gerais). The study area comprises the Environmental Protection Area (APA) Litoral Sul de Sergipe, which covers the coastline of the municipalities of Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi and Indiaroba. This territory is disputed by several actors who converge opposing interests, creating a space with several CSs, which compromises the sustainability of the UC. Therefore, this mapping can be recognized and used by responsible entities as an environmental management instrument with the objective of protecting rights, in addition to being used in the creation and implementation of public policies aimed at conflict resolution and the sustainability of the APA.

Keywords: Environmental Protection Area; Socio-environmental Conflicts; Conflict Treatment; Territorial Planning.

RESUMEN

El litoral es un espacio con particularidades y ventajas de ubicación, además de ser un territorio de especulación inmobiliaria, turismo y vacaciones. En consecuencia, es un espacio disputado por intereses opuestos, lo que genera Conflictos Socioambientales (CS), principalmente en las Unidades de Conservación (UC). En este contexto, surgen interrogantes sobre la sostenibilidad de la planificación territorial de los espacios protegidos. El objetivo de este artículo es analizar los CS y la gestión del APA Litoral Sul de Sergipe. Para ello, se empleó la metodología de diagnóstico de CS sugerida por la categorización analítica de Little (2001), con un enfoque cualitativo y cuantitativo. Los procedimientos metodológicos se llevaron a cabo en tres etapas: fundamento teórico, recopilación de datos y análisis. Así, se analizó la información y se elaboró un mapa de las CC, utilizando el software QGis 2.18, siguiendo el modelo sugerido por GESTA/UFGM (Grupo de Estudios Ambientales de la Universidad Federal de Minas Gerais). El área de estudio comprende el Área de Protección Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe, que abarca el litoral de los municipios de Itaporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba. Este territorio es disputado por diversos actores que convergen con intereses opuestos, creando un espacio con diversas CC, lo que compromete la sostenibilidad de la UC. Por lo tanto, este mapeo puede ser reconocido y utilizado por las entidades responsables como un instrumento de gestión ambiental con el objetivo de proteger derechos, además de ser utilizado en la creación e implementación de políticas públicas orientadas a la resolución de conflictos y la sostenibilidad del APA.

Palabras Clave: Área de Protección Ambiental; Conflictos Socioambientales; Tratamiento de Conflictos; Ordenamiento Territorial.

1.INTRODUÇÃO

O significado do litoral evoluiu ao longo da História, passando pelo processo de “território do vazio” até ser reconhecido como um espaço de valorização socioeconômica e cultural na atualidade. A definição de litoral é complexa e permite várias tentativas de teorização. Entre essas tentativas, destacam-se as concepções do litoral como espaço de usos múltiplos (Moraes, 1999) e como área de multiuso e transição (Santos; Braghini; Vilar, 2020). Isso se deve ao fato de que a formação territorial do litoral brasileiro, especialmente do nordestino, ocorreu durante o período de colonização iniciado no século XVI, o qual foi marcado por práticas antropogênicas e atividades socioeconômicas assimétricas.

Ao longo do tempo, a avaliação e a valorização das áreas costeiras ganharam uma importância significativa, especialmente com o surgimento do capitalismo e da globalização. Numerosas abordagens teóricas, como as da renda fundiária e da valorização do espaço, têm enfrentado o desafio de atribuir valor aos elementos naturais. Nesse contexto, o espaço é visto como uma unidade de pesquisa e gestão, um espaço para a produção e reprodução social, uma oportunidade de uso social com um determinado potencial produtivo. Isso tem levado à demanda



por uma conexão entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, uma vez que o litoral não é um local comum, mas sim um local raro e estratégico (Moraes, 1999).

Os conflitos refletem as tensões do modelo de desenvolvimento implementado socialmente (Santos; Braghini; Vilar, 2020) e envolvem grupos sociais que possuem diferentes formas de apropriação, uso e interpretação do território (Nascimento, 2001; Acselrad, 2004). Essas atividades humanas têm causado diversos CSs no litoral, particularmente nas Unidades de Conservação (UCs), o que levanta questões sobre a gestão dessas áreas protegidas em relação ao ordenamento territorial, considerando os princípios da conservação e da sustentabilidade (Vilar; Araújo, 2010; Oliveira, 2020; 2023). Segundo Braghini (2016), ao longo deste processo, há uma preocupação em destacar as desigualdades e contradições que são próprias da administração territorial desses espaços protegidos. Isso abrange fatores políticos e históricos, tanto globais quanto locais, no momento da criação de cada Unidade de Conservação, assim como a atual dinâmica de uso do território.

A finalidade deste artigo é categorizar, identificar e examinar conflitos socioambientais (CSs) na APA Litoral Sul de Sergipe, através da metodologia diagnóstica, conforme a proposta de categorização analítica de Little (2001), na perspectiva de compreensão das formas de tratamento e das dificuldades de ordenamento territorial.

Para compreender as potencialidades e vulnerabilidades da APA como UC de uso sustentável, é essencial identificar, classificar e mapear os CSs no litoral sul de Sergipe. Além disso, o mapeamento atua como uma importante ferramenta para organizar as ações humanas, visando assegurar o uso sustentável dos recursos que são disputados pelos diversos atores envolvidos nos conflitos. Nesse sentido, contribui para a criação de ações sustentáveis relacionadas à formulação, implementação e monitoramento do Plano de Manejo na gestão da APA Litoral Sul de Sergipe.

Nesse sentido, no intuito de alcançar os objetivos buscados por essa pesquisa, esse artigo está estruturado da seguinte forma: após a introdução (tópico 1), apresenta-se o material e métodos (tópico 2), o qual está subdividido nos correspondes subtópicos da pesquisa bibliográfica (subtópico 2.1), da coleta de dados e instrumentais metodológicos (subtópico 2.2) e da área de estudo (subtópico 2.3); em seguida, apresenta-se os resultados e discussão (tópico 3) e realiza-se o desfecho da pesquisa com as considerações finais (tópico 4). Por fim, é apresentado o elenco das principais fontes que embasam esse estudo

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Pesquisa documental e bibliográfica

A realização das atividades seguiu um plano metodológico que incluiu os seguintes passos: fundamentação teórica, obtenção e avaliação de dados e informações. A pesquisa documental, tanto geral quanto específica, foi realizada por meio da coleta de dados em teses, dissertações, artigos



acadêmicos, livros (tanto nacionais quanto internacionais), documentos oficiais, arquivos de mídia e páginas de pesquisa.

As bases de dados utilizadas foram: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Sergipe (BDTD/ UFS), principalmente no recorte temporal dos cinco últimos anos de pesquisas (de 2020 a 2025). Os dados coletados constituem a base teórica da investigação e apontam algumas referências empíricas pertinentes ao campo de estudo.

2.2. Coleta de dados e instrumentais metodológicos

Posteriormente, na etapa de obtenção e avaliação de dados e informações, foram realizadas visitas aos povoados que integram a APA Litoral Sul de Sergipe e realizadas conversas informais com o intuito de identificar alguns conflitos de maneira preliminar. Além disso, foram coletados dados por meio de registros fotográficos georreferenciados, usando o aplicativo *Open Camera*, e pela obtenção de imagens de satélite, com o suporte do aplicativo *UTM Geo Map* e do software *Google Earth*. Para adicionar a essas informações, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com líderes das comunidades participantes, representantes de associações e de órgãos de fiscalização.

Como consequência dessa fase, foi criado um mapa de CSs com o uso do *software* livre *QGis Browser 2.18.0*, de acordo com o modelo de mapa sugerido pelo Grupo de Estudos em Temas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ademais, a metodologia de diagnóstico de conflitos socioambientais, proposta por Little (2001), foi empregada para tipificar e classificar os resultados, utilizando uma abordagem quali-quantitativa. Essa classificação organiza os conflitos socioambientais em três categorias: relacionadas ao gerenciamento de recursos naturais; sobre os efeitos ambientais e sociais decorrentes das atividades humanas e naturais; e no que diz respeito à aplicação do conhecimento ambiental.

O georreferenciamento desses pontos no mapa da APA Litoral Sul da Secretaria de Estado do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos (SEMARH) possibilitou a espacialização, bem como a visualização da concentração e da distribuição territorial dos conflitos. É importante ressaltar que essa tipologia deve ser utilizada de forma flexível, pois é uma ferramenta heurística que varia de acordo com o tipo, origem, evolução e perspectiva de resolução do conflito, ou seja, é passível de mudanças ao longo do tempo e em diferentes contextos.

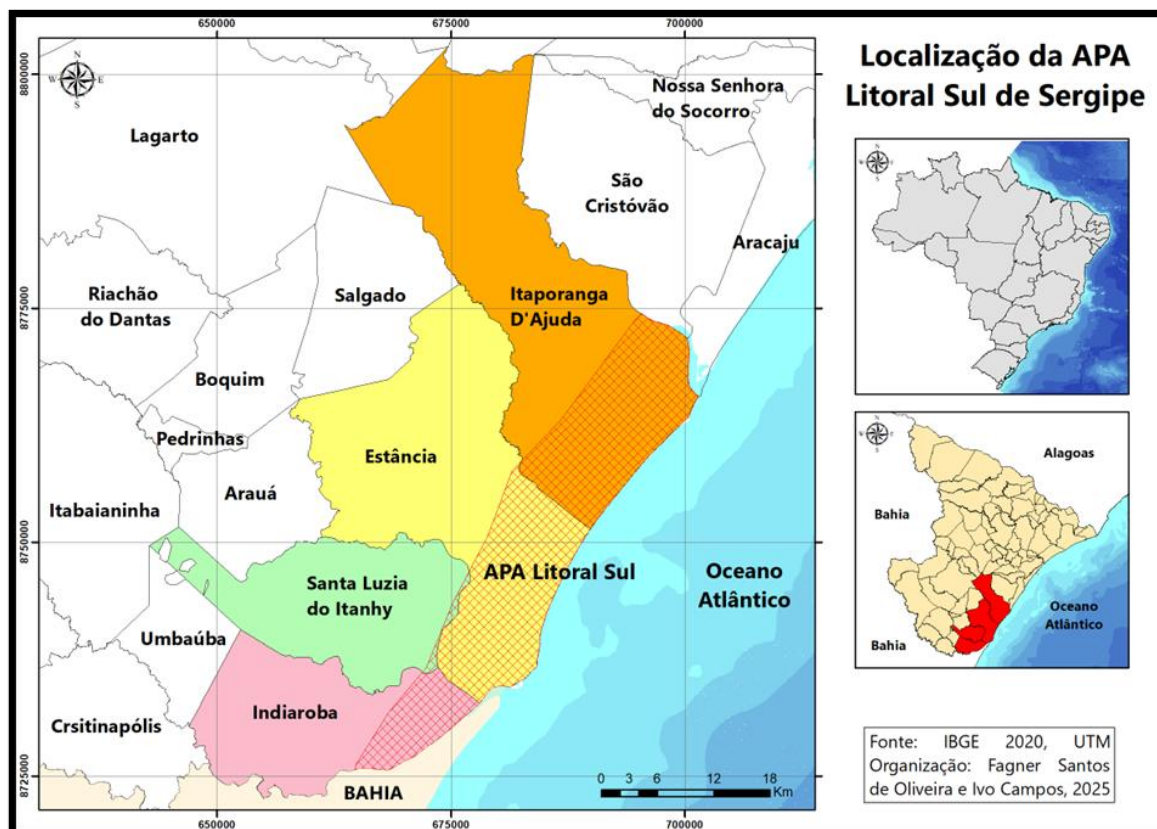
2.3. Área de estudo

Através do Decreto estadual nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993, foi estabelecida a APA Litoral Sul de Sergipe, classificada como de uso sustentável. Essa categorização está de acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de



Conservação da Natureza (SNUC). A APA mencionada abrange uma área de 54 mil hectares, com limites que vão da foz do Rio Vaza Barris até a desembocadura dos Rios Real e Piauí. Com uma costa de aproximadamente 55,5 km e uma largura que varia entre 10 e 12 km do litoral para o interior, a APA inclui os limites territoriais litorâneos dos municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba (Figura 1). Nesse território, há uma rica biodiversidade, uma variedade de elementos abióticos e um ambiente geomorfológico bastante específico, além de uma série de conflitos que configuram um território em disputa.

Figura 1 – Localização da APA Litoral Sul de Sergipe.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Além das características naturais e socioeconômicas, esses quatro municípios, cujas áreas costeiras fazem parte da APA Litoral Sul de Sergipe, apresentam um considerável potencial para o turismo, é tradicionalmente utilizado como veraneio e, mais recentemente, como território do imobiliário turístico. Isso é resultado das políticas públicas adotadas nas últimas décadas nessa área, com o objetivo de incentivar atividades econômicas que aproveitem os recursos naturais do Nordeste brasileiro (Silva; Souza, 2011; Oliveira, 2020; 2023). Com uma extensão de aproximadamente 163 km, o litoral de Sergipe abrange uma área de 5.453,8 km², representando 24,9% do território estadual. Ademais, segundo o Programa de Gerenciamento Costeiro (GERCO), 23 (vinte e três) municípios em Sergipe são classificados como litorâneos, costeiros e estuarinos.



Atualmente, cerca de 53,2% da população sergipana reside nesses territórios (Fonseca; Vilar; Santos, 2008).

Essa rica biodiversidade está presente em toda a extensão da APA, ao longo dos diferentes povoados. As comunidades mais relevantes que integram a Área de Proteção Ambiental Litoral Sul de Sergipe e que foram analisadas neste estudo podem ser classificadas da seguinte maneira: a) praianas: Caueira, Abaís, Dunas e Saco; b) localizadas ao longo e nas proximidades da rodovia SE-100: Manoel Dias, Massadiço, Ribuleirinha, Porto do Mato e Terra Caída; c) às margens do Rio Piauí: Crasto; e d) às margens do Rio Real: Preguiça e Pontal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os CSs estão envolvidos em todas as camadas da sociedade em nas UCs costeiras não é diferente. Nesse contexto, Rocha (2015) afirma que a criação e aplicação de APAs têm gerado CSs em várias regiões do Brasil e em diversos locais ao redor do mundo. A ação transformadora do homem é o que todos esses conflitos têm em comum. Na natureza, as ações humanas têm um impacto considerável, pois afetam elementos vulneráveis que estão ligados a diversos fatores bióticos e abióticos, essenciais para a conservação e sustentabilidade ambiental.

Os ecossistemas mais bem conservados são um atrativo para as intervenções humanas. Geralmente, o aspecto econômico impulsiona as ações humanas no ambiente natural, resultando em conflitos inevitáveis. Nessa perspectiva, segundo Vasconcelos (2011), essas relações conflituosas são geradas pela exploração humana mútua e sobre os recursos ambientais, intensificando o processo de deterioração ambiental e exigindo métodos de tratamento para dirimir esses conflitos.

A solução de conflitos não é uma jornada simples. Little (2001) sustenta que é mais realista abordar o manejo dos conflitos do que a sua resolução. Para alcançar compreensão e abordagem alinhada com o CS, este procedimento depende de vários fatores. Nesse sentido, conforme Ferreira (2001) e Cardoso (2006), a solução de conflitos ocorre em um contexto em que alguns atores usam métodos coercitivos e de negociação para restringir a decisão dos demais. De acordo com Oliveira (2020, 2023), frequentemente, as motivações e intenções humanas são impulsionadas por interesses puramente subjetivos e econômicos. Despertar para uma sensibilidade sustentável diante das demandas do sistema econômico capitalista é um grande desafio, especialmente para os envolvidos nesses conflitos.

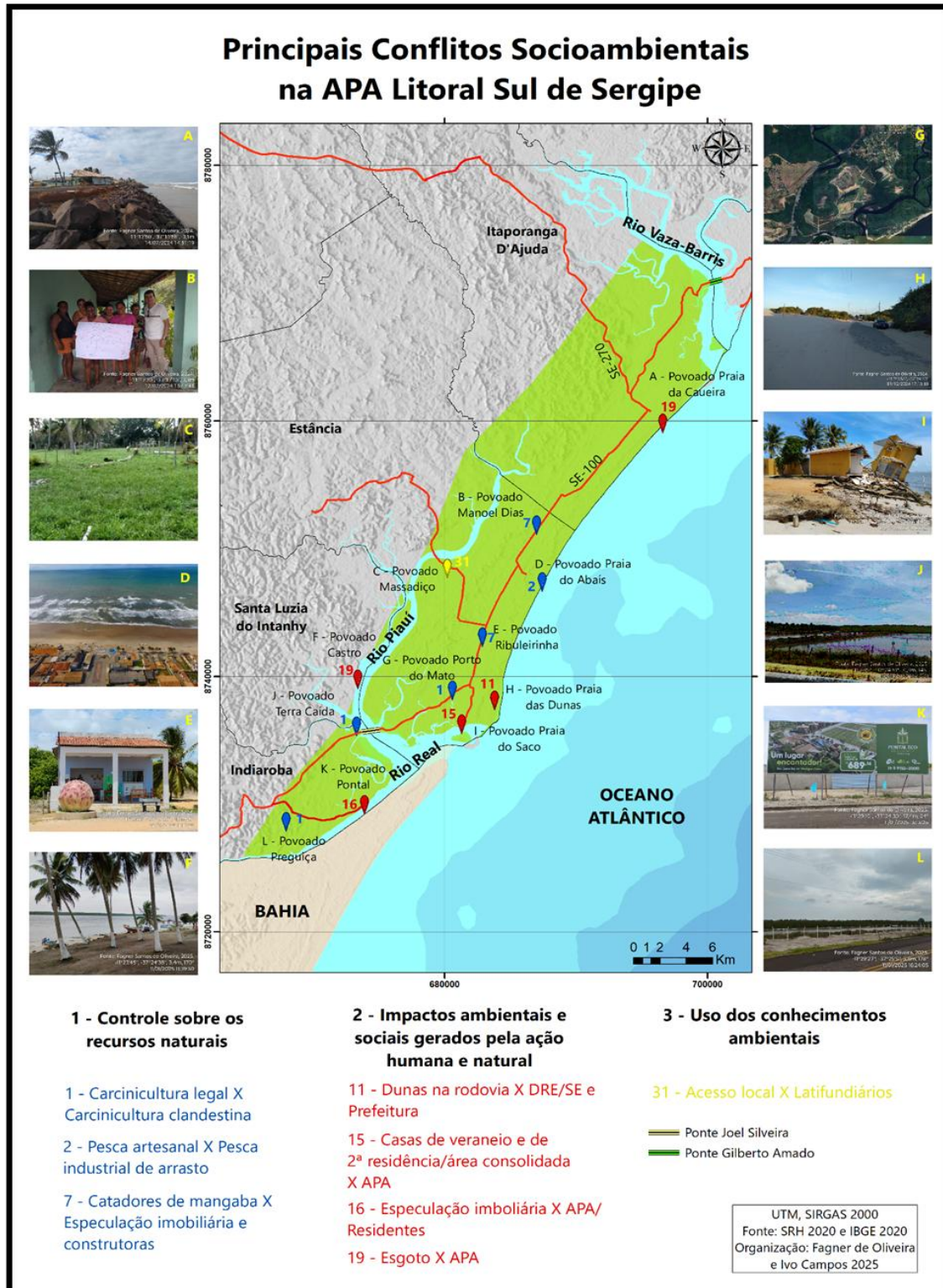
A partir da avaliação das informações obtidas in loco, pode-se afirmar que os conflitos identificados na APA Litoral Sul de Sergipe abrangem a maior parte das fases sugeridas por Little (2001). Isso não acontece de maneira sistemática, organizada e intencional e sim, com frequência de



forma improvisada e desintegrada, sem intenção de sensibilizar, pelo lado oposto, em razão das circunstâncias.

A avaliação das informações obtidas em campo permitiu a criação do mapa dos Principais Conflitos Socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe (Figura 2). Neste mapa, são apresentadas imagens dos tipos mais comuns de CSs presentes nas comunidades estudadas.

Figura 2 – Principais Conflitos Socioambientais na APA Litoral Sul de Sergipe.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).



A aplicação da proposta metodológica de Little (2001) possibilitou a identificação de conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, especializados por diversas localidades da APA no município de Estância, e expressam interesses de preservação, conservação ambiental, da economia, dos extrativistas e de particulares. A apropriação e o acesso aos recursos naturais, que representam o controle territorial seletivo, são características comuns desses CSs. As principais motivações, atores e locais de ocorrência desse conjunto de conflitos estão resumidos no Quadro 1.

Quadro 01 – CSs em torno do controle sobre os recursos naturais – APA Litoral Sul de Sergipe.

Motivações dos Conflitos	Atores Envolvidos	Lugares de Ocorrência
Carcinicultura	Carcinicultores legais X carcinicultores clandestinos	Porto do Mato, Terra Caída e Preguiça
Pesca de alto mar	Pesca artesanal X Pesca industrial de arrasto	Praia do Abaís
Cata de mangaba	Catadoras extrativistas X Especulação imobiliária e construtoras	Ribuleirinha e Manoel Dias

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Organização: elaborado pelo autor (2025).

A disputa territorial pela apropriação, posse e uso dos recursos naturais evidencia a dimensão política desses CSs. Da mesma forma, as disputas pelo acesso aos recursos naturais revelam uma dimensão social, considerada pública ou em casos em que há sobreposição direta entre bem público e propriedade privada. Em última análise, as disputas sobre o controle dos recursos definem a dimensão legal da delimitação territorial do conflito (Oliveira, 2020). A partir da análise dos dados coletados, foram identificados alguns tipos de CSs que se coadunam com a tipologia Littleana:

a) Carcinicultura legal X Carcinicultura clandestina: a produção de camarão no litoral de Sergipe remete ao período colonial (Lima; Silva, 2014) e tem exercido uma pressão significativa na diminuição dos manguezais na APA Litoral Sul, especialmente nas áreas próximas ao rio Fundo e na foz do complexo estuarino dos rios Piauí-Real. Esse CS está presente principalmente nas comunidades Porto do Mato, Terra Caída e Preguiça. Trata-se de uma atividade seletiva, cuja prática clandestina tem crescido significativamente, e seu impacto poluidor nos rios é alarmante. Isso foi documentado em vários estudos, tanto na UC em questão quanto em outros territórios costeiros do Estado de Sergipe (Carvalho, 2004; 2010; Araújo, 2014; Muhlert, 2014; Lima; Silva, 2014).



b) Pesca artesanal X Pesca industrial de arrasto: o conflito entre a pesca artesanal e a pesca industrial de arrasto no território costeiro da APA, sobretudo na comunidade da praia do Abaís, demonstra tensões históricas relacionadas ao acesso aos recursos pesqueiros e à deterioração dos ecossistemas costeiros. Uma das atividades de extração mais antigas realizadas nessa costa é a pesca artesanal (Araújo, 2014). A atividade está profundamente enraizada ao modo de vida das populações tradicionais e extrativistas e, por isso, reflete a dedicação profissional de diversas gerações desde o início da colonização. De um lado, a pesca artesanal, realizada por comunidades tradicionais e extrativistas, necessita da preservação dos estoques pesqueiros e das áreas de manguezal. Em contrapartida, a pesca industrial de arrasto, por sua alta capacidade de captura e uso de redes de grandes dimensões, contribui para a sobrepesca, destruição de habitats bentônicos e diminuição da biodiversidade marinha.

c) Catadores de mangaba X Especulação imobiliária e construtoras: trata-se de um dos conflitos mais relevantes na APA, principalmente nas comunidades Ribuleirinha e Manoel Dias. As catadoras de mangaba enfrentam uma dupla invisibilidade, caracterizada pela natureza tradicional e pouco rentável das atividades extrativistas e por serem realizadas por mulheres (Santos; Souza, 2016). Por outro lado, a principal necessidade das catadoras de mangaba é o acesso à terra, enquanto a maior ameaça é a desorganização social e a desterritorialização (Costa; Souza; Mendonça, 2018). O cercamento desses espaços territoriais tem dificultado o acesso das catadoras às mangabeiras e seus frutos (Silva; Souza, 2011; Gonçalves, 2015; Santos, 2015). Ademais, a exploração turística e a especulação imobiliária colocam em risco a continuidade dessa cultura extrativista (Mota, 2011).

O segundo conjunto de conflitos aqui tipificados está ligado a fatores relacionados à poluição ambiental, esgotamento sanitário e deterioração de ecossistemas. Com ênfase nos interesses econômicos, turísticos, imobiliários e privados, sua presença é observada em diversas comunidades ao longo da APA. O quadro 2 apresenta algumas das principais motivações dos conflitos, os atores envolvidos e os lugares onde foram registrados esses conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e processos naturais.



Quadro 02 – CSs em torno dos impactos gerados pela ação humana e processos naturais associados – APA Litoral Sul de Sergipe.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Lugares de ocorrência
Mobilidade das Dunas na rodovia	Dunas X DER/SE e Prefeitura Municipal de Estância	Praia das Dunas
Terras da União	Casas de veraneio e de 2ª residência/área consolidada X APA	Praia do Saco
Especulação Imobiliária	Especulação Imobiliária X APA/residentes	Pontal
Poluição por efluentes	SAAE/Prefeitura X Residentes	Crasto e Praia da Caueira

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Organização: elaborado pelo autor (2025).

A partir da análise dos dados coletados, reconheceu-se os correspondentes tipos de CSs que se enquadram nessa tipologia Littleana:

a) Dunas na rodovia X DER/SE e Prefeitura: para a construção da SE-100, as dunas móveis localizadas no acesso à praia do Saco, no povoado da praia das Dunas, foram removidas parcialmente. Atualmente, com a movimentação das dunas em decorrência dos intensos processos eólicos, boa parte da faixa da rodovia foi coberta. Uma situação parecida tem acontecido na estrada de acesso à praia das Dunas, parcialmente coberta por sedimentos arenosos. Ademais, as atividades de uso e ocupação do solo resultaram no desmonte das dunas para diversos propósitos, especialmente para atender às demandas do turismo e do lazer (Santos, 2011; Lima; Souza; Vieira, 2013). A rivalidade entre as competências do governo estadual e municipal é notável e complica a resolução do conflito.

b) Casas de veraneio e de 2ª residência/área consolidada X APA: refere-se a um dos conflitos mais graves em terras da União, mais especificamente na praia do Saco. A prática de vilegiatura em casas de veraneio ou segundas residências é comum há anos na APA Litoral Sul de Sergipe, estando relacionada ao turismo e lazer, e mais recentemente ao setor imobiliário turístico (Santos; Vilar, 2013, 2014; Santos, 2017). Na orla da praia do Saco, são frequentes os conflitos decorrentes da construção desordenada e irregular de casas, bares e restaurantes (Vieira; Vilar, 2014). Os proprietários têm buscado apoio junto ao poder público federal para obterem o reconhecimento das áreas já construídas e que se configuram como espaços consolidados, o que seria uma tentativa de solução para o imbróglio judicial existente.

c) Especulação imobiliária X APA/residentes: esse tipo de CS está presente principalmente na entrada do povoado Pontal. De acordo com Porto-Gonçalves (2004), a



especulação imobiliária representa um dos aspectos mais extremos do capitalismo, especialmente em relação ao risco para a conservação das zonas ambientais protegidas. A especulação imobiliária na APA Litoral Sul de Sergipe cresce rapidamente, resultando na valorização das áreas costeiras e das margens da rodovia SE-100 para a construção de condomínios residenciais fechados. Isso cria um desafio de convivência entre residentes permanentes e o que se denomina imobiliário-turístico, com suas novas formas de uso do solo e valorização da terra rural (Santos; Vilar, 2016).

d) Esgoto X APA: esse tipo de CS ocorre principalmente na praia da Caueira e no Crasto, devido ao lançamento irregular de esgoto doméstico na UC, o que afeta os limites de proteção da APA e compromete a integridade dos ecossistemas costeiros, além de impactar a saúde das comunidades tradicionais e extrativistas (Oliveira 2020; 2023). A inexistência de saneamento básico adequado acaba resultando no despejo diário de efluentes não tratados em rios, manguezais e lagoas, provocando eutrofização, proliferação de patógenos e mortandade de espécies aquáticas, como peixes e crustáceos essenciais para a segurança alimentar das comunidades tradicionais e extrativistas.

O Quadro 3 exibe os aspectos mais significativos dos CSs em torno do uso dos conhecimentos ambientais identificados na pesquisa de campo.

Quadro 03 – Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais - APA Litoral Sul de Sergipe.

Motivações dos conflitos	Atores envolvidos	Lugares de ocorrência
Acesso local	Latifundiários X comunidades tradicionais e extrativistas	Massadiço

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Organização: elaborado pelo autor (2025).

A análise dos dados coletados possibilitou identificar os seguintes CSs:

a) Acesso local X Latifundiários: esse tipo de conflito é encontrado principalmente no povoado Massadiço, onde o proprietário da Fazenda Estiva está no polo oposto da questão, pois sua propriedade integra a área que dá acesso ao porto da comunidade. Esse conflito acabou levando a morte de um morador local, o qual desobedeceu às ordens de não ingressar na área da fazenda (Oliveira, 2020; 2023). Até os dias atuais a comunidade encontra resistência da parte do latifundiário para acesso por terra ao povoado e o conflito permanece sem mediação e sem solução em curto prazo.

A utilização do mapa dos principais CSs da APA Litoral Sul de Sergipe é essencial para entender as condições atuais dos métodos de resolução das disputas levantadas. Importante ressaltar que os atores desses conflitos costeiros desconhecem essas ferramentas, bem como não possuem o conhecimento acerca da metodologia de Little. Assim, a análise do mapa mostra a existência de 08 (oito) tipos de CSs, distribuídos nas 12 (doze) comunidades que compõem a APA, organizadas de acordo com os três grupos sugeridos por Little (2001).



Nesse contexto, entre os diversos conflitos ligados ao controle dos recursos naturais, estão aqueles associados à carcinicultura e à coleta de mangaba. Entre os diversos conflitos decorrentes de ações humanas e naturais, sobressaem-se os relacionados às dunas na estrada, à área consolidada, à especulação imobiliária e ao saneamento básico. Por fim, no grupo dos CSs que empregam conhecimentos ambientais, há um desacordo relacionado ao acesso local.

Assim, tendo em vista encontrar soluções para os CSs, Little (2001) sugere cinco métodos de tratamento: 1) a confrontação; 2) a repressão; 3) a manipulação política; 4) a negociação/mediação; e 5) o diálogo/cooperação. As escalas de número 1 e 2 apresentam maior conflito, enquanto as de números 4 e 5 apresentam menor conflito.

O Quadro 4 mostra as formas de tratamento identificados a partir dos conflitos mais significativos na APA. Vale enfatizar que os CSs reconhecidos estão ocorrendo nas comunidades e que as formas de tratamento identificadas em cada caso são resultado de sua adequação às condições atuais. As fotos indicadas nesse quadro correspondem as realidades apresentadas na Figura 2.

Quadro 4 – Síntese dos principais CSs da APA Litoral Sul de Sergipe e suas formas de tratamento

FOTO	POVOADO	CONFLITO	GRUPO	FORMA(S) DE TRATAMENTO
A	Praia da Caueira	Esgoto X APA	CS em função dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
B	Manoel Dias	Catadores de mangaba X Especulação imobiliária e construtoras	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação Manipulação política
C	Massadiço	Acesso local X Latifundiários	CS em decorrência do uso dos conhecimentos ambientais	Negociação/ mediação
D	Praia do Abaís	Pesca artesanal X Pesca industrial de arrasto	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
E	Ribuleirinha	Catadores de mangaba X Especulação imobiliária e construtoras	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação Manipulação política
F	Crasto	Esgoto X APA	CS em função dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
G	Porto do Mato	Carcinicultura legal X Carcinicultura clandestina	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
H	Praia das Dunas	Dunas na rodovia X DRE/SE e Prefeitura	CS em função dos impactos gerados pela ação humana e	Confrontação Diálogo cooperação e



			natural	
I	Praia do Saco	Casas de veraneio e de 2ª residência/ consolidada X APA Área	CS em função dos impactos gerados pela ação humana e natural	Confrontação Repressão
J	Terra Caída	Carcinicultura legal X Carcinicultura clandestina	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
K	Pontal	Especulação imobiliária X APA/ Residentes	CS em função dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
L	Preguiça	Carcinicultura legal X Carcinicultura clandestina	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Na confrontação, observa-se a reação de um grupo específico diante de algo que vai contra seus interesses coletivos. No mapa dos principais CSs, 04 (quatro) deles se enquadram nessa forma de tratamento. Em particular, 33,33% desses conflitos surgem como uma resposta ou confronto a circunstâncias como a das catadoras de mangaba, das dunas na rodovia SE-100 e das casas de veraneio e de 2ª residência em terras da União. Essas respostas acabaram incentivando esforços para resolver os conflitos. Além disso, um desses conflitos ocorre ao mesmo tempo em que a forma de repressão, dois como manipulação política e um enquanto diálogo/ colaboração.

Na forma de repressão ocorre uma intervenção de poderes estabelecidos nos conflitos, de maneira não democrática, ou seja, frequentemente autoritária e arbitrária. Oliveira (2017) afirma que a maior parte dessa violência resulta da intervenção unilateral do Estado, que altera o cotidiano das comunidades locais, dificultando sua sobrevivência econômica e agredindo-as culturalmente. Ao analisar o mapa dos principais CSs, verifica-se que 08 (oito), correspondente a 66,66%, assumem essa forma de repressão, sendo que apenas 01 (um) tipo ocorre simultaneamente com a forma de “confrontação”. Esse percentual elevado envolve os CSs sobre saneamento básico, pesca, carcinicultura, casas de veraneio em terras devolutas e especulação imobiliária.

Com uma práxis que se fundamenta de maneira indireta no provérbio “uma mão lava a outra”, a manipulação política consiste no uso de representantes políticos para contornar ou até mesmo facilitar determinadas ações de um grupo com pouca influência na sociedade. Dentro de uma herança histórica coronelista e clientelista, ainda fortemente enraizada nas realidades do litoral sul de Sergipe, esses participantes se valem de conflitos específicos para facilitar sua resolução, com o objetivo de angariar votos para as eleições políticas que pretendem disputar. Em consonância com o pensamento de Little (2001), a corrupção e a manipulação de determinados segmentos sociais (ou de seus porta-vozes) são estratégias frequentes para que um confronto visível se torne escondido.



A negociação/mediação representa uma abordagem mais formal para a resolução de conflitos, buscada após o esgotamento de outras opções de intervenção sobre eles. Esse tipo de negociação pode ser feito de forma obrigatória, o que se chama de mediação. Também pode ocorrer de maneira voluntária, conhecida como facilitação. Além disso, a influência dos participantes pode orientar uma decisão específica. De acordo com Little (2001), a negociação e/ou mediação de um conflito estabelece procedimentos formais para sua resolução, geralmente ocorrendo após o uso de outras estratégias.

Na forma conhecida como diálogo/cooperação há uma contribuição espontânea e colaborativa dos participantes. Procura-se tratar as causas dos desentendimentos e, ao remover barreiras, busca restabelecer a confiança e a comunicação entre os envolvidos no conflito. Ao mesmo tempo, é fundamental respeitar os princípios da equidade e da justiça durante o processo de mediação, a fim de evitar que algumas ideologias prevaleçam e que os indivíduos sejam obrigados a fazer mais sacrifícios do que outros, o que poderia dificultar a resolução de um conflito específico. Segundo o entendimento de Little (2001), esse método de abordagem é o que mais se alinha com a ideia de solução *stricto sensu* dos CSs, pois requer a participação voluntária e colaborativa de todos os envolvidos.

A partir da análise final dos resultados, observa-se um crescimento na dinâmica dos CSs na APA Litoral Sul de Sergipe. Embora essas etapas sejam reconhecidas na execução atual da APA, elas ainda não são conhecidas pelos participantes dos CSs e pelas comunidades envolvidas. Assim, conforme Oliveira (2020; 2023), o território é definido como o ponto de convergência espacial e temporal de interesses antagônicos, que encontram na economia sua força propulsora e transformadora. Em outras palavras, no caso em questão, o território corresponde ao espaço da UC onde diversos interesses se cruzam, impulsionados e modificados pela economia de um viés insustentável.

Nesse contexto, observa-se a existência de vários interesses, geralmente fundamentados em decisões tomadas de forma unilateral, sem uma motivação duradoura e sem fundamentos sólidos. Por isso, em conformidade com Braghini (2016), o planejamento de UCs visando ao ordenamento e zoneamento do território pode ser visto como uma ferramenta de administração ambiental prevista na Política Nacional de Meio Ambiente. Essa característica confere um foco de administração ambiental à administração do território, que abrange um processo de supervisão, controle, orientação e manejo de um espaço geográfico específico e seus diversos recursos para certos objetivos.

Finalmente, ao analisar o cenário sob a ótica das intervenções antropogênicas na APA Litoral Sul de Sergipe, esta pesquisa demonstrou o surgimento de CSs decorrentes da imposição de



interesses dominantes nas interações ecológicas e sociais. Em certas ocasiões, o aspecto econômico exerce um papel significativo sobre essas relações. Embora o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) seja uma ferramenta legal importante para a conservação da APA, o plano de manejo é essencial. Embora tenha sido estabelecido como uma norma legal, ele não está sendo aplicado por essas comunidades. Elas afirmam que sua regulamentação serve apenas aos interesses da especulação imobiliária e dos empresários, especialmente desse setor, e não leva em conta as necessidades de subsistência das comunidades tradicionais e extrativistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O litoral é o espaço de múltiplos usos (Moraes, 1999) e de transição (Santos; Braghini; Vilar, 2020). Essa perspectiva também integra o litoral sergipano, o qual apresenta-se como um território disputado por diversos atores e interesses, principalmente ligados à especulação imobiliária, as atividades turísticas e de veraneio. A crescente procura por essas atividades tem impulsionado a economia local e exercido pressões sobre esses frágeis e sensíveis ecossistemas litorâneos.

A disputa pelo acesso aos diferentes recursos naturais do ambiente litorâneo tem contribuído para o surgimento de uma gama de CSs. A natureza é o elo mais vulnerável nessa relação depredatória estabelecida pelos diferentes atores em disputa. A legitimação dessas intervenções humanas no meio natural favorece a intensificação dos CSs. Nesse sentido, as políticas públicas implementadas nas últimas décadas no litoral sergipano têm contribuído para a piora desse cenário.

O presente artigo procurou entender a complexidade dos CSs e seus efeitos na extensão territorial da APA Litoral Sul de Sergipe, além de pressupor os riscos que apresentam para a sustentabilidade, levando em conta a perspectiva dos líderes comunitários e do poder público. A pesquisa confirmou que a presença dos CSs na APA Litoral Sul de Sergipe constitui um sério perigo para a manutenção de sua sustentabilidade. Isso é fundamental para auxiliar na elaboração de políticas públicas eficientes que levem em conta os obstáculos enfrentados pelas comunidades tradicionais e extrativistas, por meio de uma gestão e planejamento territorial apropriados das ações humanas executadas na APA.

Não obstante às limitações impostas pelo difícil acesso a algumas comunidades, bem como pela dificuldade na convergência de agendas para a realização de entrevistas e para a aplicação de questionários junto aos responsáveis pela gestão e aos líderes de todas as comunidades integrantes da APA, pôde-se aplicá-los a maioria das lideranças. Os líderes das comunidades pesquisadas enfatizam a falta de iniciativas governamentais para educar os residentes sobre o uso equilibrado e sustentável dos recursos presentes no território costeiro em disputa. Iniciativas públicas são



deixadas de lado em prol de iniciativas voltadas para o desenvolvimento costeiro, que incluem ações ligadas ao turismo e à especulação imobiliária.

Ademais, observou-se um aumento nos CSs devido a vários fatores: falta de entendimento sobre a natureza e as funções de uma APA; interesses divergentes no uso de bens materiais, como casas de praia; e acesso, apropriação e uso desigual dos recursos naturais; iniciativas turísticas e de veraneio desprovidas de uma base sustentável; crescente especulação imobiliária das terras litorâneas; e ausência ou dificuldade de atuação do poder público em relação à fiscalização e aplicação da legislação em vigor.

A pesquisa evidenciou que as fiscalizações acontecem com certa regularidade na APA Litoral Sul de Sergipe, não obstante o questionamento de sua formatação. De acordo com as lideranças entrevistadas, o principal objetivo dessas fiscalizações é a mera aplicação de multas. Isso favorece a formação de um clima hostil e conflituoso entre os atores envolvidos nesses conflitos, em desfavor da promoção de ações ecologicamente equilibradas e que possibilitem o uso sustentável dos recursos encontrados na UC.

Este estudo contribui para a política ambiental de Sergipe e fornece uma base para expandir as pesquisas em outros municípios da APA do Litoral Sul, bem como em outras UCs do estado ou do país. Além disso, o mapeamento pode ser reconhecido e empregado por entidades responsáveis como uma ferramenta de gestão ambiental para proteger direitos, além de ser usado na formulação e execução de políticas públicas focadas na resolução de CSs e na sustentabilidade da UC. Ademais, embora não sejam o único caminho possível, as formas de tratamento dos CSs apresentadas são propostas viáveis tendo em vista a promoção da sustentabilidade da APA Litoral Sul de Sergipe.

A classificação tripartite de Little (2001) serve como uma ferramenta heurística útil para identificar e analisar os CSs presentes em áreas protegidas por lei. O desvelar dos diferentes atores que convergem interesses divergentes, em disputa territorial, gera um espaço de múltiplos CSs, o que ameaça a sustentabilidade da APA. Por fim, questionar as práticas atuais possibilita a avaliação do conhecimento e da aplicabilidade de outras abordagens que possam estar em conformidade e garantir a eficácia total da legislação ambiental em vigor, visando o uso sustentável da APA Litoral Sul de Sergipe. Para tanto, é imprescindível a formulação de políticas públicas integradas, que valorizem o planejamento participativo das comunidades tradicionais e extrativistas existentes na UC.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumara, 2004.



ARAÚJO, Luís Ricardo Rodrigues de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2014. 110p. (Dissertação, mestrado em Ecologia).

BRAGHINI, Cláudio Roberto. **Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016. 391p. (Tese, doutorado em Geografia).

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

CARDOSO, Patrícia Moreira. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí/RS**. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. 131p. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento Rural).

CARVALHO, Márcia Eliane Silva. **A carcinicultura na Zona Costeira do Estado de Sergipe**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação, mestrado em Geografia).

CARVALHO, Márcia Eliane Silva. **A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2010. 377p. (Tese, doutorado em Geografia).

COSTA, Jailton de Jesus; SOUZA, Rosemeri Melo e.; MENDONÇA, Francisco de Assis. Distribution and Exploitation of Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) in Sergipe, Northeast, Brazil. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 18. Recife/PE: UFPE, 2018.

FERREIRA, Lúcia da Costa *et al.* Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. In: **Ideias**. 8(2). Campinas/SP: UNICAMP, 2002.

FONSECA, Vânia; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. In: José Wellington Carvalho Vilar; Hélio Mário de Araujo (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. 1ed.: EDUFS, 2010, v. 1, p. 40-61.

GONÇALVES, Fernanda Damaceno Silva. **O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2015. 107p. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

LIMA, Juliana Schober Gonçalves; SILVA, Carlos Alberto da. **Carcinicultura marinha familiar no estuário do Rio Vaza-Barris, Sergipe: implicações para uma produção sustentável**. Brasília/DF: Embrapa, 2014.

LITTLE, Paul Elliot. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 57-64.



- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1999.
- MOTA, Dalva Maria da *et al.* **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo.** Belém/PA: EMBRAPA, 2011.
- MUHLERT, Ana Carolina Souto. **Indicadores de sustentabilidade da carcinicultura em terras baixas, São Cristóvão, Sergipe.** São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2014. 114p. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 47-56.
- OLIVEIRA, Cássia Milena Nunes. **Diálogos socioambientais na RESEX Taquari e RDS Itapanhupima – Cananeia/SP.** São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2017. 252p. (Tese, doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades).
- OLIVEIRA, Fagner Santos de. **Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE.** São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2020. 200p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
- OLIVEIRA, Fagner Santos de. **Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE.** São Cristóvão: Editora UFS, 2023.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.
- ROCHA, Ana Carolina. **Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no Estado do Paraná.** Florianópolis/SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. 173p. (Dissertação, mestrado em Antropologia Social).
- SANTOS, Carla Norma Correia dos. **Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram.** São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2017. 293p. (Tese, doutorado em Geografia).
- SANTOS, Carla Norma Correia dos; BRAGHINI, Cláudio Roberto; VILAR, José Wellington Carvalho. **Entre conflitos ambientais e ordenamento territorial: diálogos a partir do Litoral e Unidades de Conservação.** Aracaju: IFS, 2020.
- SANTOS, Carla Norma Correia dos; VILAR, José Wellington Carvalho. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). In: **Revista Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, Goiânia/GO: 2013.
- SANTOS, Carla Norma Correia dos; VILAR, José Wellington Carvalho. Territórios e conflitos na APA Litoral Sul de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; VIEIRA, Lima Valério Lima. (Orgs.) **Conflitos ambientais em Sergipe.** Aracaju: EDIFS, 2014, p. 162-186.
- SANTOS, Priscila Pereira; VILAR, José Wellington Carvalho. Os conflitos ambientais da implantação do imóvel-turístico no litoral de Sergipe, Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, pag. 360



- 374, julho de 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/483>>. Data de acesso: 04 jun. 2025.

SANTOS, Eline Almeida; SOUZA, Rosemeri Melo e. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. In: **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, pág. 629 - 642, julho de 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/507>>. Data de acesso: 04 jun. 2025.

SANTOS, Marcelo Alves dos. **Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2011. 145p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

SANTOS, Priscila Pereira. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2015. 301p. (Dissertação, mestrado em Geografia).

SERGIPE. Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, SE, 27 jan. 1993. Disponível em: https://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/decreto_n.%C2%BA_13.468.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da.; SOUZA, Rosemeri Melo e. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v, 4, n. 2, 2011.

VASCONCELOS, Rosiglay Cavalcante de. **Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do Poder Público e do Setor Imobiliário Formal na Comunidade de Brasília Teimosa, Recife/ Pernambuco**. Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. (Dissertação, mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente).

VIEIRA, Lício Valério Lima *et al.* Praia do Saco em Estância/SE: análise dos processos de uso e ocupação do solo costeiro. In: **Rev. Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI, Lagarto/SE: 2013.

VIEIRA, Lício Valério Lima; VILAR, José Wellington Carvalho. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.

VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: VILAR, José Wellington Carvalho; ARAÚJO, Hélio Mário de. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.